

# A CONSTRUÇÃO DAS BASES AGROECOLÓGICAS EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA DO MST: O DESAFIO ENTRE O IDEAL E O CONCRETO

## THE CONSTRUCTION OF AGROECOLOGICAL BASES IN THE RURAL SETTLEMENT OF AGRARIAN REFORM OF THE MST: THE CHALLENGE BETWEEN THE IDEAL AND THE CONCRETE

Andre Luiz de SOUZA\*

**Resumo:** O presente estudo objetivou avaliar o processo de interrupção das práticas agroecológicas em um assentamento de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no oeste do Paraná, bem como o condicionamento dos assentados no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) colocado em prática. Para tanto, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários em quarenta e seis famílias assentadas. Como resultados, verificou-se que as dificuldades do cotidiano e a falta de recursos financeiros levaram a não aceitação da proposta do PDA, evidenciando a necessidade de reformulação dos espaços agrários em consonância com a Agroecologia.

**Palavras-chave:** Assentamentos, Agroecologia, Condicionamento, Desenvolvimento sustentável, Sobrevivência.

**Abstract:** The aim of this study was to evaluate the process of interruption of agroecological practices in an agrarian reform settlement of the Brazil's Landless Workers Movement (MST), located in the western of Paraná, as well as the conditioning of the settlers in The Land Settlement and Development Project (PDA) put into practice. Thus, interviews were conducted and questionnaires were applied to forty-six settled families. As results, it was

### Introdução

As reflexões apresentadas neste texto compõem uma pesquisa de mestrado (SOUZA, 2017) desenvolvida junto a um assentamento de famílias que desempenham atividades voltadas para a sustentabilidade. O tema direciona-se às práticas agroecológicas em áreas de reforma agrária no assentamento rural Ander Rodolfo Henrique em Diamante D'Oeste, no estado do Paraná. Dentro de tal temática, o buscamos analisar os processos de ruptura e de descontinuidade das práticas agroecológicas no assentamento e o condicionamento dos assentados no Projeto de Desenvolvimento Sustentável, assim como analisar a distância das representações dos assentados e dos organizadores e os diferentes sentidos da agroecologia para esses sujeitos.

\* Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar Camponesa - Residência Agrária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Instituto Federal do Paraná - Palmas (IFPR). E-mail: andre-sociais@hotmail.com.

verified that daily difficulties and lack of financial resources led to the non-acceptance of the PDA proposal, evidencing the need to reformulate agrarian areas in accord with Agroecology.

**Keywords:** Rural settlement. Agroecology. Conditioning, Sustainable development. Survival.

No assentamento rural foco do estudo, há 108 famílias assentadas e distribuídas em uma área total de 3.097,69 hectares, o que constitui um avanço para a reforma agrária e para as lutas dos trabalhadores organizados do campo.

Trabalhar com áreas de assentamentos rurais de reforma agrária demanda desafios para as Ciências Humanas e Sociais; principalmente após o surgimento de uma nova ótica de assentamentos, após os anos 2000. Nessa lógica, esses locais seriam voltados para sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural. A Agroecologia como matriz de produção tecnológica seria a chave para romper com o paradigma de agricultura mercadológica possibilitando uma nova estruturação dos assentamentos rurais.

Nesse sentido, fez-se necessária uma investigação aguçada para entender o processo de construção das práticas agroecológicas e posteriormente rompimento dessas no assentamento Ander Rodolfo Henrique, local protagonista, no estado Paraná, em implantar o Projeto de Desenvolvimento de Assentamento Sustentável. No entanto, esse projeto não teve sucesso na estruturação da matriz tecnológica agroecológica.

A demanda de se buscar novas formas de sustentabilidade ambiental sobrecarrega os assentados da Reforma Agrária, principalmente os movimentos sociais do campo. A construção deste novo paradigma de agricultura carrega

consigo uma polissemia de sentido sobre o conceito de agroecologia. A agroecologia não pode ser aplicada como uma medida punitiva a esses sujeitos que estão na luta por um pedaço de chão para poder sobreviver e alicerçar raízes.

A agroecologia pode ser definida como uma série de tentativas sustentáveis e de desenvolvimento de uma agricultura sem o uso de agrotóxicos, porém, no quadro dos movimentos sociais, esta problemática teórica tem levantado inúmeros debates e controvérsias sobre sua base epistemológica. No entanto, a problemática socioambiental tem orientado a internacionalização de novos valores e princípios que norteiam uma nova racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade e equidade social (LEFF, 2002). Neste sentido, práticas agroecológicas, em áreas de reforma agrária, estão sendo desenvolvidas e implantadas nos assentamentos rurais.

Diante disso, os contextos a serem exploradas situam-se em proposições de que a agroecologia apresenta fortes características discursivas e de deliberação política pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), como uma maneira de estimular e mobilizar outra forma de viabilização socioambiental e econômica nos assentamentos.

O discurso da agroecologia se estabeleceu no MST com mais ênfase a partir de sua inserção no movimento, o que incluiu uma rede maior de aliados políticos (- Organizações não governamentais (ONG), associações, Instituições de Ensino Superior (IES) e órgãos internacionais) e o acesso às políticas públicas governamentais com foco socioambiental (SOUZA, 2016).

A partir desse breve esboço contextual, organizamos o texto da seguinte forma: contextualizarmos o campo de pesquisa e os sujeitos participantes; apresentamos, na sequênica, os aspectos metodológicos da geração dos dados, para, depois, analisá-los à luz de conceitos teóricos; por fim, tecemos algumas considerações finais.

## O assentamento Ander Rodolfo Henrique e a sua organização social

Atualmente, como grande parte dos acampamentos e assentamentos do MST, os assentados se organizam em núcleos de bases<sup>1</sup>, que aglutinam via de regra um número próximo a 10 a 12 famílias por núcleo. O assentamento Ander Rodolfo Henrique segue essas diretrizes gerais do MST, organizando-se com 10 núcleos de bases. Segundo Scopinho,

<sup>1</sup> Os Núcleos de Base têm como principal objetivo organizar e articular os militantes e sua base, sendo um lugar de estudo, discussão e aplicação das linhas políticas do MST, encaminhado as tarefas relacionadas às lutas do Movimento e contribuindo com o crescimento político e formação ideológica de todos os trabalhadores rurais ligados ao Movimento. (SANTANA, 2013).

Essa não é uma questão estritamente técnica porque depende de decisões que são tomadas pelas pessoas em ação a onde morar e trabalhar, com quem se associar para trabalhar. Dada a importância da participação do trabalhador rural nessas decisões, as famílias devem se organizar em grupos –processo chamado de *nucleação* –, o que define os seus lugares na estrutura organizativa, ou seja, nas instâncias onde acontece o processo decisório (SCOPINHO, 2009, p. 260).

Conforme a diretriz do MST discutida e aprovada no assentamento, cada núcleo possui uma coordenação geral (composta por um homem e uma mulher), que é responsável por articular e coordenar as atividades do núcleo. O conjunto das coordenações de cada grupo, mais as coordenações dos setores<sup>2</sup>, compõem a coordenação geral do assentamento, cuja principal função é garantir um projeto e uma intervenção integrados, considerando a totalidade do assentamento. O autor supracitado ressalta que,

Regidos pelo princípio da direção coletiva, podem ou não institucionalizarem-se na forma de associações, cooperativas ou outra forma de empresa social. Dada a importância da manutenção das relações já estabelecidas durante o período de acampamento, os critérios de nucleação devem ser definidos pelas famílias, devendo o sorteio da localização dos lotes respeitar o existente para evitar a desagregação e facilitar a cooperação (SCOPINHO, 2009, p. 261).

Na organização interna do assentamento, o núcleo de Base é garantia da participação da base na vida cotidiana do assentamento, mas principalmente do MST. É no contexto das reuniões que as famílias recebem os encaminhamentos sobre diversos assuntos (projetos, deliberação das decisões das instâncias superiores, e entre outras pautas) e também podem expressar as suas observações e críticas para as instâncias superiores. Conforme informações da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil,

Em suma, a proposta do MST para os assentamentos é criar comunidades onde se possa trabalhar e viver com autonomia: “[...] os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião etc. [...]”. (BRASIL, 1998, p. 26 apud SCOPINHO, 2009, p. 262)<sup>3</sup>.

Além da organização interna do assentamento, existe ainda uma Coordenação Regional e uma Coordenação Estadual. A Coordenação Regional conta 04 representantes do assentamento e tem por objetivo representá-lo na região. Já a Coordenação Estadual tem um 01 representante a cada 500 famílias, mas no assentamento não há representantes da coordenação estadual. Há, ainda, outras organizações dos assentados, entre eles, grupo das mulheres, de jovens, religiosos.

<sup>2</sup> Educação, Saúde, Produção, Financias, Formação, Gênero, Cultura, Comunicação.

<sup>3</sup> SCOPINHO, R. A. Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 12, n. 2, p. 257-270, 2009.

Outra organização de suma importância para os assentados gira em torno da associação. Fundada em 05/11/2003, a Associação de Cooperação Agrícola e Prestação de Serviço em Defesa Agroecologia (ACAPA, doravante) tinha como objetivo fomentar as políticas públicas em torno da viabilização da produção agroecológica do assentamento. Essa ferramenta que os assentados criaram apresentava-se como potencial aglutinador das forças interna e externa na transição agroecológica que os camponeses estavam se desafiando a implantar no assentamento.

Todavia, a dificuldade em manter-se organizado em associação, conforme dados bibliográficos que elencamos no decorrer da pesquisa Souza (2017), levou à decadência do projeto agroecológico. A ACAPA, que seria a base da articulação entre os camponeses assentados e os canais de escoamento da produção, não aglutinou força suficiente para manter a base organizada, consolidando-se, então, em uma ferramenta jurídica sem representação de fato para os assentados. Essas e outras lacunas foram abordadas na pesquisa de Souza (2017).

## Procedimentos metodológicos

O estudo desenvolvido foi uma pesquisa de campo e envolveu 46 famílias da população do assentamento Ander Rodolfo Henrique situado nos municípios de Diamante D'Oeste e Vera Cruz do Oeste, local administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Ao nos inserirmos no lócus de pesquisa, a coleta dos dados possibilitou-nos a observação empírica dos sujeitos que interagem junto ao espaço social do MST e, por meio dessas percepções e da captação do discurso enunciado em seu contexto de atuação política, foi possível apreender opiniões, visões e expectativas com relação à agroecologia; resgatar compreensões e fatos em relação aos sistemas de produção adotados anteriormente no MST e entender e descrever como está se constituindo as ações em agroecologia junto ao movimento conforme o discurso destes sujeitos.

Para a compreensão dos eixos norteadores teórico-ideológicos do MST, foi realizada análise documental por meio da coleta de dados secundários produzidos pelo MST sobre o assentamento pesquisado, desde sua fundação em 2002 até 2015. Para tanto, analisaram-se cartilhas, cadernos de formação, revistas, boletins públicos do movimento, livros, documentos internos (atas das reuniões do assentamento, regimento interno, Plano do Desenvolvimento sustentável, arquivos individuais, como fotos e história oral das famílias), arquivos da biblioteca do Instituto Técnico de Pesquisa e Reforma Agrária (ITEPA), localizado no município de São

Miguel do Iguçu-PR, e textos publicados na página da Internet do movimento. Além disso, foi efetivada a coleta de dados primários com base em informações recentes do MST, apresentando as novas diretrizes do movimento com as ações agroecológicas. Essa técnica constitui-se, segundo Ludke e André (1986), uma ferramenta importante para a coleta de dados em pesquisas de caráter qualitativo.

Em posse dos dados gerados por esses instrumentos metodológicos, verificamos como são construídas as novas práticas produtivas, neste assentamento, e quais são as inter-relações estabelecidas entre os assentados na produção destas práticas. Sobre tais dados dedicamos a próxima seção.

## Resultados e discussões: uma análise pragmática da realidade

No que se refere à Agroecologia no assentamento Ander Rodolfo Henrique, há diversos elementos a serem analisados e problematizados para a compreensão das representações objetivas e subjetivas em torno do projeto alicerçado a partir de 2002 e seu rompimento em 2013 (SOUZA, 2017).

Entender a Agroecologia como uma superação do paradigma atual de agricultura envolve conhecer suas definições para então consolidar esse novo ideal de agricultura. O entendimento e as percepções dos assentados-camponeses em torno à agroecologia remetem a interpretações e a codificações dos espaços do assentamento, principalmente quando o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA, doravante) exige que as famílias, desde o início da sua implantação, façam um rompimento “brusco” e definitivo com as estruturas da agricultura mercadológica expropriadora dos recursos naturais e inicie uma nova representação de mundo entre famílias camponesas-assentadas e a produção de alimentos livres de agrotóxicos e sementes transgênicas.

Nesse sentido, o condicionamento das famílias camponesas assentadas ao projeto desenvolvido, cuja matriz era em Agroecologia, envolvendo sustentabilidade ambiental, social e econômica, não considerou a multiculturalidade e a subjetividade dos sujeitos que compõem a comunidade do assentamento rural Ander Rodolfo Henrique. Conforme destaca Bauman (2003),

Contribui para pensar essa questão ao discutir as ambiguidades do conceito de comunidade e estabelecer a distinção entre *comunidade ética* – cujo entendimento entre os membros é natural e compartilhado, ponto de partida (e não de chegada) para a união, a despeito de todos os fatores que possam contribuir para a separação – e *comunidade estética* – cuja natureza superficial e transitória dos laços torna-os pouco duradouros e não cria entre seus membros uma rede de responsabilidades éticas e de compromissos de longo prazo (BAUMAN, 2003, p. 20, grifos do autor).

Scopinho (2009) afirma que essas comunidades (a ética e a estética) são produtos dos tempos atuais, cuja velocidade das mudanças impõe um ritmo também muito rápido no modo como os sujeitos constroem vínculos por meio dos quais eles identificam-se e mantêm-se como grupo organizado em torno de um determinado projeto de vida e de trabalho. Para Scopinho (2009), Bauman identifica bem esse comportamento dos sujeitos expostos a determinadas situações. Para ele, a identidade “[...] só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto, como alvo de um esforço, ‘um objetivo’ [...]” (BAUMAN, 2003, p. 21-22). Nesse sentido, a identidade é preparação, identificar-se com “[...] significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, muito menos controlar. Assim, talvez seja mais prudente portar identidades [...] como um manto leve pronto para ser despido a qualquer momento” (BAUMAN, 2003, p. 36-37)<sup>4</sup>.

Para Bourdieu (1997 apud SCOPINHO, 2009)<sup>5</sup>, é necessário fazer um esforço para entender o sujeito desde onde ele se encontra na estrutura social. Neste sentido, fizemos esforços para tentar compreender o perfil sociocultural das famílias e analisar as prováveis relações que permeiam os sentidos atribuídos à agroecologia.

Ao analisarmos a realidade do assentamento, nos deparamos com uma pluriatividade de interesses individuais que, muitas vezes, não representa os ideais da organização e produção do MST. Nesse sentido, a reforma agrária, nos projetos agroecológicos, necessita de certos cuidados, isto é, problematizar determinados conceitos para evitar certos paradoxos, muitas vezes utópicos.

A demanda por se forjar projetos de assentamentos sustentáveis, sobrecarrega aos próprios sujeitos que estão fragilizados pelas estruturas do Estado e da agricultura mercadológica do Agronegócio. Como afirma Scopinho, os assentamentos muitas vezes vivenciam

A construção de outras relações sociais, porém, vivenciam também a contraditória realidade da política de reforma agrária brasileira, cuja marca é a fragmentação e a desarticulação das políticas públicas e ações governamentais voltadas para a implantação dos projetos de assentamento. Sob a custódia do Estado, reproduz-se nos assentamentos rurais agroecológicos, exatamente, o projeto hegemônico de sociedade que com eles se quer negar (SCOPINHO, 2007, p. 20).

<sup>4</sup> O conceito de identidade está sendo entendida aqui como produto da relação que o sujeito estabelece, em um determinado tempo e espaço, com as estruturas sociais às quais ele está vinculado. (SCOPINHO, 2009).

<sup>5</sup> SCOPINHO, R. A. Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 12, n. 2, p. 257-270, 2009.

Notamos que este projeto de assentamento em seu contexto histórico teve seus alicerces impostos por seus propositores, pois os assentados aderiram ao modelo agroecológico como uma dívida moral.

Segundo Lazzaretti (2007 apud SOUZA, 2017)<sup>6</sup>, os assentados possuem uma dívida moral (como observado na Figura 1) com o MST gerada por uma relação de reciprocidade assimétrica produzindo respeito, obediência e dependência.

**Figura 1** – Esquema da representação da dívida moral dos agricultores-camponeses



Fonte: Esquema construído por meio das informações fornecidas por Lazzaretti (2007).

Gouldner (1960), em *The norm of reciprocity*, analisa a reciprocidade como norma moral. Trata-se, para ele, de uma norma generalizada e universal, essencial à manutenção de estruturas sociais e de sistemas sociais estáveis. Simmel (1896) foi o primeiro sociólogo a tratar da importância da reciprocidade como fundamento das relações sociais; ele considera a reciprocidade das prestações como essencial à coesão social, inclusive nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, mesmo não tendo ideia formada em torno da agroecologia, os assentados aderiram este projeto de desenvolvimento sustentável de base agroecológica. Com o passar dos anos, a obediência e a dependência para com os ideais do MST foram desaparecendo e os laços de reciprocidade, conforme os autores (GOULDNER, 1960; SIMMEL, 1896; LAZZARETTI, 2007), foram se distanciando e gerando outras formas de relações entre os membros da comunidade e os representantes do MST.

<sup>6</sup> SOUZA, A. L. de. *Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST: entre o ideal e o concreto: estudo de caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante d' Oeste Paraná*. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

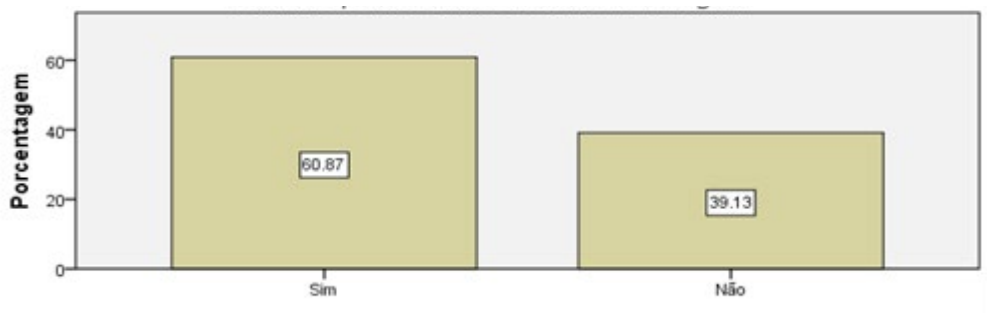


Segundo Souza (2017), hoje, a realidade do assentamento é totalmente oposta, muitas famílias se voltaram à produção convencional, impulsionada pelo aparato financeiro oferecido pelos complexos agroindustriais que “rodeiam” o assentamento, oferecem subsídios de custos para a produção da safra agrícola com garantias de preço e compra de suas produções. Souza afirma que

O fator cultural também influenciou nas tomadas de decisões no presente e no futuro, pois, conforme literatura, o agricultor familiar-camponês tem seu próprio modo de vida no campo (LAZZARETTI, 2007; ABRAMOVAY, 1998; KAUSTSKY, 1980; FABRINI, 2002) muitas vezes já desestruturado pelo modelo agrícola vigente e, neste sentido, a adesão ao modo de trabalho voltado à agroecologia seria novamente mais um modelo imposto. Observa-se, que além dos fatores puramente econômicos, inclui fatores culturais, sociais, religiosos e outros que correspondem aos anseios destes sujeitos. (SOUZA, 2016, p. 16).

As famílias dos camponeses-assentados são, majoritariamente, oriundas dos estados do Sul do Brasil (RS, SC e PR) que percorreram as fronteiras agrícolas, entre 1980 e 1990, em busca de um sonho por uma vida melhor no Paraguai. Conforme gráfico 1, observamos que mais de 60% dos entrevistados já moraram no país vizinho. Mas este sonho acabou frustrado pela própria dinâmica de política agrícola que o Estado exerce para com seus agricultores-camponeses, que não vem ao caso exploramos.

**Figura 2 – Famílias que moram no Paraguai**



Fonte: Souza (2017).

De acordo com Ferreira et al. (1998),

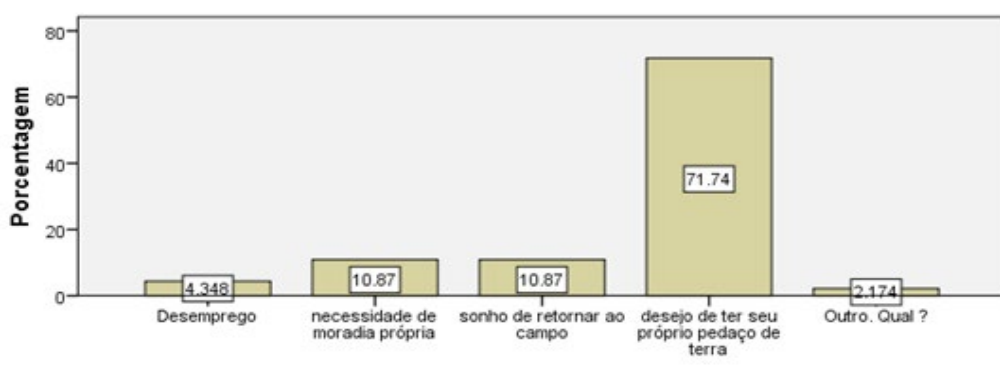
A diversidade sociais em que se encontram os agricultores, a partir da forma de inserção nesse duplo processo de modernização/exclusão, também foi acompanhada por uma forte transformação do meio ambiente, tanto pelo impacto do modelo tecnológico que lhe é subjacente sobre os recursos naturais como no sentido social [...] (FERREIRA et al., 1998, p. 20).

Para Scopinho (2009), “se o projeto de assentamento, fruto de um acordo, configurou-se como um misto de comunidade rural acrescida da ideia de

sustentabilidade contida no PDS, os seus construtores eram portadores de uma história cuja característica marcante é a diversidade sócio-cultural” (SCOPINHO, 2009, p. 269).

Durante a pesquisa, percebemos que, dentre os motivos para se ingressar em uma ocupação do MST, o sonho por um pedaço de terra para a sobrevivência predominou no anseio das famílias entrevistadas, na árdua luta contra o capital, famílias estas desestruturadas pelo modelo agrícola vigente, conforme observamos no gráfico a seguir:

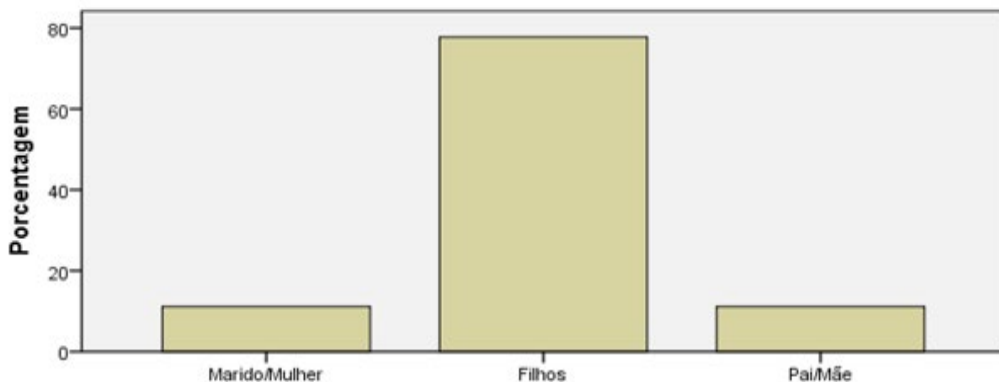
**Figura 3** – Principal motivo para ingresso no MST



Fonte: Souza (2017).

O sonho se concretizou, essas famílias têm ou tiveram um pedaço de terra para sobreviver; porém, essa realidade é contraditória, pois a reforma agrária deveria representar, nos espaços de assentamentos, um salto de qualidade de vida e bem-estar social, para impulsionar os anseios dos assentados, entretanto este sonho não chegou a sua plenitude, por diversos fatores. A viabilidade econômica da reforma agrária, como política de superação de combate à pobreza, não se concretizou para muitas famílias.

O Assentamento Ander Rodolfo Henrique representa essa realidade, dados da pesquisa mostraram que o projeto de agroecologia que seria para estruturar a viabilidade econômica das famílias assentadas não está representando o ideal proposto, pois, na realidade concreta do assentamento, a maioria dos filhos (em muitos casos os titulares dos lotes) dos assentados tem trabalhando fora do assentamento para conseguir sobreviver e manter as necessidades básicas de sua família, conforme aponta gráfico 3; esta realidade é extremamente conflitante, para os dados da reforma agrária.

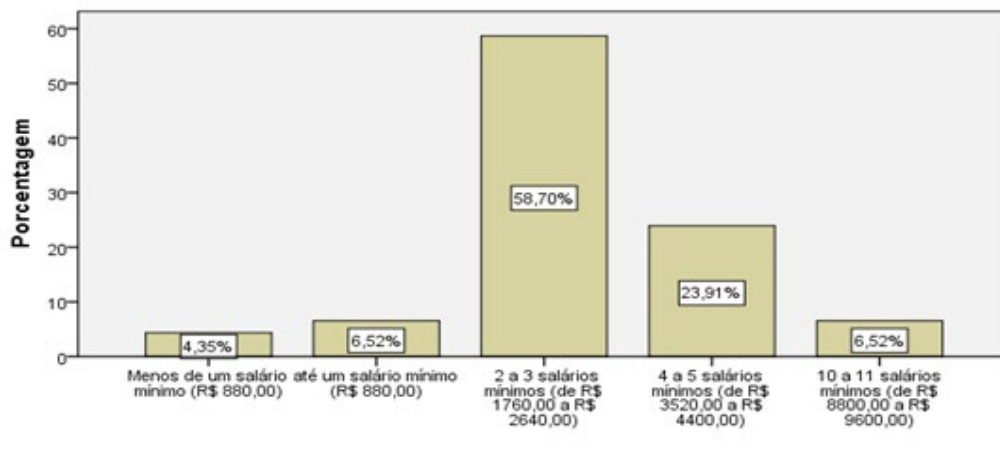
**Figura 4** – Membros da família que estão empregados fora do assentamento

Fonte: Souza (2017).

Conforme Souza (2017), dos entrevistados, 30,4% ou 14 dos 46 declararam que os filhos trabalham fora do assentamento. Desse modo, as famílias estão perdendo a força de trabalho destes jovens, que poderiam contribuir com o desenvolvimento econômico e social familiar. No entanto, o assentamento, para estes jovens, é apenas um lugar para morar e descansar aos finais de semanas, pois não têm perspectivas de crescimento econômico e bem-estar social. Nesse sentido

As condições de realização do trabalho no assentamento não favoreciam o desenvolvimento da cooperação autogestionária como forma de superar esses impasses. Pelo contrário, a falta de capital, de infraestrutura (principalmente água) e de orientação técnica para realizar a agroecologia e as restrições impostas pelo (Termo de compromisso e o PDA) condicionavam um jeito de fazer a economia do assentamento funcionar que levava os assentados a “*dar uns pulos*” para sobreviver (SCOPINHO, 2009, p. 268).

Para Souza (2017), outro fator que desencadeou o processo de ruptura do projeto agroecológico seria a viabilidade econômica das famílias em produzir de forma sustentável. De acordo com dados do gráfico 4, observamos que quase 60% das famílias assentadas têm renda de 2 a 3 salários mínimos, sendo que 4,35% recebem menos de um salário mínimo e pouco mais de 6% por cento, até um salário mínimo; isto denota que quase 70% das famílias têm renda de no máximo 3 salários mínimos. Em se tratando de famílias que trabalham com a terra, estes valores são pequenos.

**Figura 5 – Renda média das famílias**

Fonte: Souza (2017).

Segundo informações de Souza (2017), os grupos articuladores que estruturaram a matriz tecnológica de produção agroecológica não projetaram meios de escoamento da própria produção, desde a certificação de suas propriedades até a comercialização. Várias famílias começaram a criticar a estrutura organizativa do projeto de assentamento, em torno da matriz tecnológica de produção agroecológica. Dessa maneira,

O modelo adotado não estava correspondendo às expectativas das famílias em relação à viabilidade econômica, pois elas produziam alimentos livres de agrotóxicos, no entanto, vendiam como convencional às cooperativas agroindustriais. Após romperem com o projeto agroecológico, a renda das famílias continua a ser um fator decisório para o desenvolvimento econômico. Mesmo no modelo convencional de produção agropecuária 82,61% das 46 famílias entrevistadas estão na faixa salarial de 2 a 5 salários mínimos. Isso remete a uma renda bruta mensal, sem analisarmos os custos de produção e outros fatores que fragilizariam ainda mais o fator econômico das famílias (SOUZA, 2016, p. 16).

Devido ao modo como foi conduzido o PDA do assentamento, vários aspectos impulsionaram o rompimento da matriz tecnológica agroecológica, conforme aponta análise da literatura sobre o assunto: Altieri (1989); McCreynolds (1999); Guzmán Casado, González de Molina e Sevilla Guzmán (2002); Leff (2002); Caporal e Costabeber (2004); Gliessman (2009); Scopinho (2009); Sevilla Guzmán e Soler (2010); Souza (2016<sup>7</sup>).

<sup>7</sup> Um estudo sobre assentamentos e agroecologia pode ser visto em: SOUZA, A.L. de, CARMO, M.S do. Produção Agroecológica e Políticas Públicas no Assentamento Loiva Lourdes - Borebi-SP. *Revista Alamedas*, Toledo, v. 4, n. 1, 2016.

A Agroecologia não pode ser conduzida como uma punição (de cima para baixo) aos agricultores familiares-camponês com o intuito de se construir um ideal de agricultura que rompe com o paradigma dominante, pois, desse modo, a culpabilidade do fracasso recai sobre os assentados da reforma agrária, porém, diversos são os fatores necessários para impulsionar o desenvolvimento da matriz agroecológica.

Ao se trabalhar com projetos de desenvolvimento sustentável, muitas vezes, os próprios movimentos sociais do campo impõem uma realidade que não condiz com as representações dos sujeitos que estão na labuta do dia a dia. Conforme análise do regimento interno do assentamento, percebemos a imposição de regras e normas, sendo a Agroecologia um compromisso a ser exercido no decorrer dos anos, responsabilidade que deveria ser do Estado, pois quem destruiu a biodiversidade do ecossistema do assentamento foi o latifúndio que gere os espaços que hoje constituem o assentamento.

Conforme afirma Ferreira et al. (1998),

A questão da viabilização de um novo modelo de desenvolvimento rural está novamente em pauta do dia [...]. Isso significa repensar o rural como espaço de outras agriculturas e também como espaço de vida, trabalho e de lazer [...]. Não se trata, pois de um 'problema rural', mas de uma 'questão de sociedade', no âmbito da qual a reflexão sobre 'outra agricultura' pode ser empreendida para se avaliar, sobretudo, a construção de novos espaços e possibilidades de reprodução e integração social (FERREIRA et al., 1998, p. 21-23).

Corroboramos com Scopinho, Melo e Gonçalves (2016), pois entendemos os assentamentos rurais como espaços sociais, no sentido dado por Bourdieu (2001), nos quais as interações dos agentes são permeadas não somente de consensos, mas também por conflitos e contradições, cujo processo organizativo deve considerar as regras formais e as singularidades presentes no cotidiano dos trabalhadores.

## Considerações finais

Como considerado ao longo deste texto e também de nossa pesquisa de mestrado (SOUZA, 2017), os dados apontaram que o projeto de desenvolvimento sustentável, com proposta de uma matriz agroecológica baseada nos princípios de sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural, não representou o anseio das famílias camponesas assentadas.

Conforme observações dos dados de campo e informações da bibliografia estudada, a Agroecologia, para os assentados, tornou-se uma medida punitiva para o enquadramento do projeto que estava se almejando. Ou seja, há uma liga-

ção social, afetiva ou simbólica, certamente assimétrica, mas criadora de laços de reciprocidade que precisaremos aprofundar no decorrer de uma pesquisa futura para averiguar as externalidades dos sistemas sociais existente no assentamento.

A distância das representações objetivas e subjetivas dos assentados e dos organizadores sobre a agroecologia remete a uma reflexão muitas vezes assimétrica; pois, de um lado, está o MST com o modelo agroecológico e, de outro, os assentados que se veem obrigados a aderir à proposta, como pagamento de uma dívida moral ao movimento social.

Podemos afirmar que as expectativas dos assentados, quanto ao projeto agroecológico, foram frustradas por diversos fatores. Visto que as dificuldades apresentadas no cotidiano dos assentados na vivência com a agroecologia e na falta de acesso a recursos financeiros, desencadearam o rompimento do PDA e frustrações das ações e práticas agroecológicas, levando a um desencantamento do modelo agroecológico, permeando apenas uma visão utópica de seus propositores sem eficiência na prática e na construção de um novo paradigma de agricultura sustentável.

Outro fator que culminou com a desestruturação do modelo agroecológico é a re proletarização dos filhos dos assentados camponeses (em muitos casos os próprios titulares do lote) nos complexos agroindustriais, o que causa o aumento, do tempo de trabalho no lote para o desempenho das atividades agrícolas.

A necessidade de se pensar qual “agricultura queremos” ultrapassa os limites e anseios de determinados grupos sociais, precisamos reorganizar os valores da reciprocidade do homem do campo para se pensar as potencialidades de desenvolvimento da produção da agricultura familiar-camponesa em bases agroecológicas.

A Agroecologia necessita de reformulações dos espaços agrários e das políticas públicas para um eficaz desenvolvimento rural sustentável, para permear a emancipação do homem do campo edificando novos valores sociais e ambientais para um pleno equilíbrio entre ser humano e natureza.

## Referências

- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas para a agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: Projeto e Tecnologias Alternativas, 1989.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: \_\_\_\_\_ et al. (Orgs.). *A miséria do mundo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693-713.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

- FERREIRA, A. D. D. et al. *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GOULDNER, A. W. The Norm of Reciprocity. *American Sociological Review*, v. 25, n. 2, p. 161-178, abr. 1960.
- GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coords.). *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: MundiPrensa, 2000.
- MCREYNOLDS, S. A. Guia para o iniciante em Sociologia do Meio Ambiente: definição, lista de jornais e bibliografia. *Ambiente & Sociedade*, n. 5, p. 181-189, jul./dez. 1999.
- LAZZARETTI, M. Â. *A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba: Universidade Federal de Campina Grande, 2007. 378 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.
- SEVILLA GUZMAN, E.; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. *PH Cuadernos*, v. 26, p. 47-56, 2010.
- SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativismo em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 84-94, 2007.
- \_\_\_\_\_. Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 12, n. 2, p. 257-270, 2009.
- \_\_\_\_\_. MELO, T, G; GONÇALVES, J, C. Entre o Legal e o Real: Assentamentos Rurais do Tipo PDS na Macrorregião de Ribeirão Preto. *Retratos de Assentamentos*, v. 19, n. 1, 2016.
- SOUZA, A. L. de. Agricultura agroecológica como prática de sobrevivência e resistência no assentamento Ander Rodolfo Henrique. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, VII., Araraquara, 29 a 01 jul. 2016. *Anais...* (CD-ROM).
- \_\_\_\_\_. *Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST: entre o ideal e o concreto: estudo de caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante d' Oeste Paraná*. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.
- SIMMEL, G. Comment les formes sociales se maintiennent. *L'Année sociologique*, v. 1, p. 71-109, 1896.